

2

PÁGINA

Que mundo é esse? Desafios da democracia representativa em uma época de transformações rápidas e sem direção
Marco Aurélio Nogueira

Entrevista com Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

3

PÁGINA

Agendas e estratégias dos Estados Unidos para a América Latina
Nos anos 2010 e 2020
Tullo Vigevani

4

PÁGINA

Donald Trump e a América Latina
Luis Fernando Ayerbe

FÓRUM



Shutterstock

MUNDO EM TRANSIÇÃO

A compreensão do complexo panorama internacional necessita de percepções bem fundamentadas sobre a sua dinâmica. Essa é a preocupação básica do programa *Uma Janela para o Mundo – visões do Programa San Tiago Dantas*, ao qual estão vinculados os textos

desta edição do caderno *Fórum*. Transmitido ao vivo pelo *Facebook*, desde o mês de maio o programa apresenta temas e questões do campo das Relações Internacionais para o debate e a reflexão. Essa iniciativa tem a participação de docentes e estudantes do Programa de Pós-Graduação em

Relações Internacionais San Tiago Dantas (**Unesp**-Unicamp-PUC-SP) como debatedores. Canal para a interlocução e a informação embaçada, o programa conta com o apoio da Assessoria de Comunicação e Imprensa da **Unesp** e do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI.

QUE MUNDO É ESSE? DESAFIOS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM UMA ÉPOCA DE TRANSFORMAÇÕES RÁPIDAS E SEM DIREÇÃO

Marco Aurélio Nogueira



Shutterstock

Há uma sensação de caos no mundo. O sistema ONU persiste, mas não é acompanhado pelos Estados nacionais. Os esforços de integração pós-nacional enfrentam dificuldades. As eleições transcorrem em clima de polarização, com baixa participação e ascensão de forças regressistas que conseguem de algum modo interpelar parte importante dos cidadãos.

Há crises que se interpenetram.

Uma é a crise estrutural da modernidade capitalista, que tem revirado as sociedades do nosso tempo, alterando sua estratificação, os relacionamentos entre grupos, classes e pessoas, o modo de produção e o trabalho. A experiência associativa dos humanos do século XXI se alterou drasticamente. Mudou a estrutura das sociedades, assim como suas superestruturas políticas e jurídicas. As distintas “famílias” políticas e ideológicas perderam força e identidade e passaram a incidir com menos potência sobre a organização das decisões. As correntes de esquerda sofrem de maneira particular os efeitos desse processo, como se pode ver em diversos países. O processo de desestruturação, por si só, faz com que os pactos não consigam ser repostos, aumentando a exasperação, o desentendimento, os conflitos, as polarizações.

Outra crise decorre do desarranjo e das contradições da economia internacional, com as respectivas assimilações nacionais. Os efeitos desse desajuste recessivo e da deterioração da

Esquerda sofre com efeitos da atual desestruturação

economia não se manifestam somente no plano do emprego ou da atividade produtiva, mas se espalham pelo Estado e pela sociedade. Causam incerteza, turbinam a insatisfação, excitam os agentes políticos e econômicos.

Uma terceira crise tem a ver com a democracia representativa e com suas dificuldades de realização. É um problema comum aos mais diferentes países, também aqui com as devidas peculiaridades. Como tendência geral, afirma-se o que tem sido chamado de “pós-democracia”, em que a prevalência do marketing, a reprodução das oligarquias e o encapsulamento do debate público funcionam para dificultar o vínculo virtuoso entre Estado e sociedade e o alcance de melhor qualidade à política e à própria dinâmica democrática.

Marco Aurélio Nogueira é integrante do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Unesp.

Este artigo está disponível no Portal Unesp, no endereço: <<https://goo.gl/fmm6WA>>.

CENA INTERNACIONAL GERA DÚVIDAS PARA O BRASIL

CARLOS EDUARDO FERREIRA DE CARVALHO
Por Samuel Alves Soares

Graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP e doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp, Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho é professor associado da PUC-SP, e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP), além de professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC). Participou do programa *Uma janela para o mundo* em 16 de agosto, entrevistado pelo professor Samuel Alves Soares, coordenador do Programa San Tiago Dantas e professor da Unesp de Franca.

CADERNO FÓRUM: Quais os principais tópicos do mundo contemporâneo dentro da temática que o senhor desenvolveu no programa, que enfocou a economia internacional em meio a dúvidas sobre o alcance da repercussão e sobre a natureza das mudanças em curso?

CARVALHO: Os indicadores de recuperação da atividade produtiva e do emprego nos EUA e na Europa e a tendência de alta dos preços dos produtos primários sugerem que teria acabado a longa estagnação das economias centrais que se seguiu à grave crise financeira de 2007. Por outro lado, a China mantém o crescimento de 7% ano, a Índia fica perto disso e outras economias da Ásia crescem com firmeza. Nos mercados financeiros, o ambiente é quase de euforia, com forte alta das ações e dos lucros das empresas e grande confiança nos setores de alta tecnologia. Não há certezas, entretanto, sobre a natureza e a extensão do que ocorre. A recuperação pode ser apenas o desdobramento das políticas inflacionárias em curso nos países centrais, mas aumenta a percepção de que estão em curso mudanças de grande alcance na estrutura produtiva, talvez suficientes para desencadear um novo ciclo de expansão econômica em bases originais. É muito difícil, porém, avaliar o efeito conjunto de tantos processos sobre o quadro econômico do Brasil e da América Latina.

CF: Vivemos hoje então um cenário de dúvidas?

CARVALHO: Há, de fato, uma grande quantidade de dúvidas. Nessa virada de semestre de 2017, há sinais de recuperação na Europa, nos EUA e no Japão. Os preços dos produtos primários pararam de cair, como o do petróleo, e a recessão pode estar sendo revertida. Além disso, ao contrário do que se poderia esperar, não há sinais de inflação crescente nesses países. No entanto, a taxa de desemprego dos EUA vem crescendo. São dados contraditórios entre si, mas não se trata de algo totalmente novo. Basta olhar para a crise internacional que começou em 2007, há dez anos. Foi controlada nos EUA em 2010, mas rebeteu



Divulgação

Como no México, nossa absorção de tecnologia é medíocre

na Europa até 2011, num contexto em que os EUA, por exemplo, emitiram muito dinheiro, o que resultou numa grande estagnação econômica mundial. Muitos esperavam que isso levasse a uma crise no sistema financeiro americano, por exemplo, mas os índices da bolsa dos EUA estão três vezes acima do que eram em 2007 e os balanços das empresas são muito bons. Isso talvez ocorra pela brutal onda de inovações tecnológicas numa velocidade até hoje desconhecida. Se a China continuar crescendo no ritmo atual, ultrapassa os EUA em sete anos. O elefante chinês seguirá andando como está e levando com ele países como o Vietnã?

CF: E como tudo isso impacta a América Latina e o Brasil?

CARVALHO: A recuperação do preço dos produtos primários é boa para a América Latina. Se o petróleo permanecer muito baixo é ruim para países como México e para o pré-sal brasileiro. Não haver uma elevação da taxa de juros nos EUA também é bom, pois contribui para reduzir a pressão inflacionária no Brasil. Já a transformação tecnológica acelerada traz problemas, pois a tecnologia apenas "engatou" em alguns setores no Brasil, como a agricultura. Assim como no México, a nossa absorção de tecnologia na maioria das áreas é medíocre, o que leva a um baixo crescimento industrial. Para o Brasil, portanto, o curto e médio prazo apresentam boas notícias, mas, no longo prazo, não há nenhum sinal positivo. E ainda há um fator que permanece uma grande interrogação: como os crescimentos de China e Índia vão repercutir economicamente na América Latina e especificamente no Brasil.

AGENDAS E ESTRATÉGIAS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA LATINA NOS ANOS 2010 E 2020

Tullo Vigevani



Shutterstock

O objetivo deste texto é analisar o relacionamento entre Estados Unidos e América Latina ao longo dos últimos anos e, partindo disso, discutir cenários futuros. O argumento é que, mesmo sem uma agenda ampla, não se pode dizer que os Estados Unidos tenham sido apáticos no trato com a região, com a qual as relações tiveram alguma melhora substantiva durante a Administração Obama. Ao discutir as possibilidades futuras, afirmamos que as indefinições deverão prevalecer e que, portanto, o relacionamento não sofrerá grandes alterações. Esse cenário de incertezas tem a ver tanto com os Estados Unidos quanto com a América Latina. No primeiro caso porque, do ponto de vista estrutural, há tensões sociais que pressionam a agenda no sentido de maior protecionismo e de um "olhar para dentro" [...]. No caso da América Latina, as dificuldades para a prospecção de cenários baseiam-se na ideia de que o fim de governos desenvolvimentistas e distributivistas e o "giro liberal" no campo econômico em países importantes da região não oferecem garantia de estabilidade em longo prazo. Nossa tese central é que na região prevalece a dificuldade das sociedades para definir objetivos estratégicos, o que seria possível apenas com elites predispostas ao planejamento de longo prazo. [...] Nossa conclusão será que não se devem esperar mudanças importantes nas relações hemisféricas.

BREVES CONCLUSÕES

Em conclusão, acreditamos ter argumentado adequadamente que durante o período Obama houve melhoras substantivas nas relações dos Estados Unidos com a América Latina, porém sem mudança de paradigma. Argumentamos que o cenário que se desenha para essas relações nos próximos anos se caracteriza pelas indefinições e incertezas. Vimos como as razões para isso, na América Latina, as encontramos na incapacidade das elites de formular projetos de desenvolvimento de longo prazo, de formular projetos nacionais e de integração regional com capacidade de coesão social duradoura. O resultado é a dificuldade de busca de uma inserção internacional e, especificamente, de busca de uma relação equilibrada com os Estados Uni-

dos. As eleições presidenciais norte-americanas de 2016 mostram fortes tensões internas, onde nacionalismo e protecionismo têm enraizamento. Nesse contexto, a capacidade de formular políticas para a América Latina passa a terceiro ou quarto plano, com as exceções discutidas.

Nesse cenário, há quem sugira, como Gallagher (2017, 3) que caberia aos governos latino-americanos "to carve out a more constructive relationship with a Chinese government that appears more-than-willing to fill the vacuum potentially left by the United States". Nossa interpretação no entanto vai em sentido contrário. A política chinesa não busca qualquer conflito com os Estados Unidos e não se propõe a um papel competitivo. Pelo contrário, tem tido uma posição cooperativa. [...]

Numa manifestação que pode ser considerada precursora do posicionamento da Administração Trump, acompanhado do secretário de Comércio, Wilbur Ross, Francisco Palmieri, o secretário-adjunto interino para a América Latina, durante a Conferência das Américas, em maio de 2017, afirmou que

a agenda para a América Latina seria focada em "segurança nacional e na prosperidade econômica". Segundo ele, Trump quer ver "um hemisfério seguro, democrático e livre, uma região com lei e

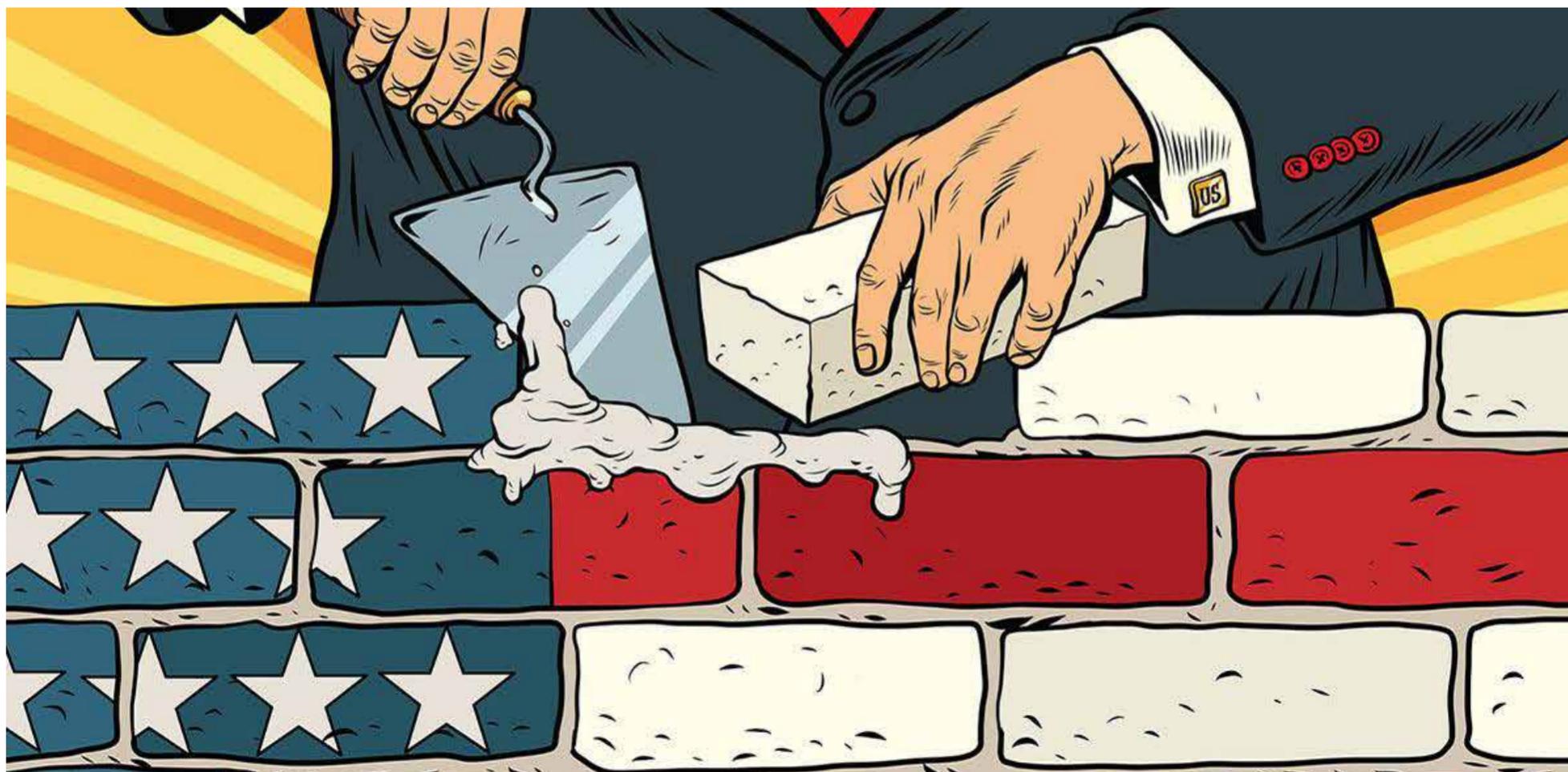
ordem dentro de suas fronteiras nas quais se feche a passagem para redes criminosas transnacionais e para as vias de atividade ilícita", nas quais também "o terrorismo não possa arraigar-se". Ademais, disse que os Estados Unidos estão interessados em manter seu intercâmbio comercial com a região, que, segundo ele, é "três vezes superior" ao exportado "a China, Japão e Índia juntos", mas ajustando-se às prioridades de Trump nesse campo. Portanto, assistimos a riscos de utilização do conceito de "americanismo" numa perspectiva securitária e de aplicação de ações condizentes com uma versão dura de fair trade.

Tullo Vigevani é pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e da Unesp.

A íntegra deste artigo está disponível no Portal Unesp, no endereço: <<https://goo.gl/ghfvuj>>.

DONALD TRUMP E A AMÉRICA LATINA

Luis Fernando Ayerbe



Shutterstock

Durante a campanha eleitoral, Donald Trump expôs diferenças importantes nas políticas doméstica e externa com relação à candidata Hillary Clinton. Entre os aspectos que geraram mais polêmica, o cancelamento do programa de saúde conhecido como Obamacare; o questionamento de tratados de livre-comércio acompanhado de protecionismo do mercado interno e estabelecimento de barreiras à imigração – com controle fronteiriço levado ao paroxismo com a construção de muro separando os EUA e México –; revisão da normalização diplomática com Cuba e abandono do acordo com o Irã.

Subestimado e satirizado desde o início das primárias partidárias, ao se tornar candidato oficial, e apesar do discurso conservador, Trump passa a ser considerado um risco para o establishment, inclusive por setores tradicionalmente associados às administrações republicanas. O favoritismo atribuído a Clinton por parte de pesquisas e analistas, fortalecido com apoio majoritário de formadores de opinião do âmbito empresarial, sindical, artístico e dos meios de comunicação, durou até a abertura das urnas, quando o escrutínio de votos passou a mostrar vantagem contínua do seu oponente na conquista de delegados para o colégio eleitoral que o sacramentou como presidente.

Após assumir o governo Trump, sua administração enfrenta fortes resistências na implementação da agenda prevista, especialmente na substituição do Obamacare e na política migratória restritiva. Nas relações com a América Latina, sem ter apresentado, desde a campanha eleitoral, qualquer delineamento de alcance regional, se esboça uma mudança de trajetória em duas frentes: 1) nas relações com o México nos temas de imigração e livre-comércio, com a construção do muro fronteiriço e o anúncio de rediscussão do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), em vigor desde a administração Clinton, que atinge também o Canadá; 2) a revisão de medidas estabelecidas por Obama como parte do processo de normalização diplomática com Cuba.

O orçamento do Departamento de Estado enviado por Trump ao Congresso para o ano fiscal de 2018 revela um corte de gastos de quase 37% para o conjunto do

Hemisfério com relação a 2016, último ano de Obama, superando os 28% aplicados ao conjunto do Departamento. Nas relações bilaterais, pela primeira vez há ausência de previsão de gastos com Cuba e Venezuela, embora no texto do orçamento não haja justificativas pormenorizadas sobre esses cortes. Ao mesmo tempo, se estabelece verba para a construção do muro na fronteira com México.

Um aspecto importante a ser levado em conta na análise do orçamento é que no momento da sua elaboração não estava definida a equipe do Bureau de Assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado, cabendo a responsabilidade ao subsecretário interino Francisco Palmieri, oriundo da administração Obama. Essa situação permanece, o que é sintomático da escassa importância atribuída à região.

Governos privilegiam resolução de temas de interesse bilateral

No caso de Cuba, a revisão dos acordos assinados por Obama prometida durante a campanha eleitoral, tem como primeira sinalização o discurso de 16 de junho de 2017 em Miami, em que, apesar de retórica de radicalização na mudança de rumos, não altera a essência do processo de normalização diplomática.

“Não levantaremos as sanções contra o regime cubano até que todos os prisioneiros políticos sejam libertados, as liberdades de reunião e expressão sejam respeitadas, sejam legalizados todos os partidos políticos e se programem eleições livres e supervisionadas internacionalmente... Vamos restringir muito fortemente os dólares americanos que fluem para os serviços militares, de segurança e de inteligência que são o núcleo do regime de Castro... Vamos fazer cumprir a proibição do turismo. Vamos fazer cumprir o embargo. Tomaremos medidas concretas para garantir que os investimentos fluam diretamente para as pessoas, para que elas possam

abrir empresas privadas e começar a construir o excelente futuro de seu país.”

O discurso sinaliza um ajuste de medidas que, além de ambíguo em seu alcance efetivo, é de aplicabilidade controversa, já que a dinâmica alcançada desde o início do reatamento diplomático, principalmente na área do turismo, com crescente fluxo de cidadãos e investimentos de empresas estadunidenses, coloca os setores empresariais e a maioria da opinião pública do país em caminho oposto do retrocesso anunciado.

Sem expor claramente o sentido das mudanças propostas em temas sensíveis da campanha eleitoral, a exemplo de Cuba, ou justificar com maior precisão os cortes orçamentários estabelecidos, verifica-se ao mesmo tempo a permanência de programas regionais focados na segurança associada ao crime organizado na América Central e Caribe, embora afetados por cortes.

Na campanha eleitoral de 2016, a vitória de Hillary Clinton sinalizava claramente uma continuidade, nos lineamentos fundamentais, do governo Obama. A retórica de Trump, principalmente com relação ao México, vista como expediente demagógico, não sinalizava para uma formulação mais profunda em termos estratégicos. Uma vez no poder, essa percepção prevalece. Até o momento, não há, do lado estadunidense e dos países do hemisfério uma agenda que aprofunde controvérsias em temas regionais como foi a ALCA ou a busca de autonomia na criação de mecanismos de interlocução estritamente latino-americanos como a CELAC. Havendo-se estabelecido como dado da realidade a presença na Casa Branca de um governante errático em suas convicções, afeito à improvisação e de estilo personalista, a resposta dos governos latino-americanos tem-se pautado pelo pragmatismo, privilegiando a resolução de temas de interesse bilateral e reforçando o trato direto em nível presidencial.

Luis Fernando Ayerbe é professor do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

Este texto está disponível no Portal Unesp, no endereço: <<https://goo.gl/iwLuMk>>.